

SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA
Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
Professor Universitário.
Diretor da Escola Nacional da Magistratura.



O JUIZ

SELEÇÃO E FORMAÇÃO DO MAGISTRADO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Participação especial de:

Eládio Lecey
Fátima Nancy Andrichi
José Renato Nalini
Mônica Jacqueline Sifuentes
Nildo Nery dos Santos
Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza
Sidnei Agostinho Beneti

DelRey

Belo Horizonte – 1999

Sumário

1 AS ESCOLAS JUDICIAIS NO PLANO INTERNACIONAL	19
1 A experiência estrangeira	19
1.1 Alemanha	19
1.2 Itália	20
1.3 Portugal	21
1.4 Inglaterra	23
1.5 Japão	24
1.6 Rússia	25
1.7 Estados Unidos	25
1.8 Espanha	29
1.9 França	30
2 Outros dados sobre os sistemas estrangeiros	34
3 Conclusão	39
2 A ESCOLA JUDICIAL NO BRASIL	41
1 A implantação da escola judicial no Brasil	41
2 A experiência brasileira	45
3 A Escola Nacional, em seu figurino atual	47
4 Um novo sistema	48
5 Conclusão	50
3 O JUDICIÁRIO BRASILEIRO E A FORMAÇÃO DOS SEUS JUÍZES	57
1 Ingresso nas funções judiciárias	57
1.1 Entidade responsável	57

1.2	Como se processa	57
1.3	Requisitos exigidos aos candidatos (formação acadêmica, idade, experiência profissional, características de personalidade etc.)	58
1.4	Critérios de apreciação dos requisitos	58
2	Formação específica	59
2.1	Entidade responsável	59
2.2	Duração	59
2.3	Conteúdo	59
2.4	Critérios de avaliação dos formandos	60
3	Formação permanente	60
3.1	Entidade responsável	60
3.2	Tipos de ações	60
4	Avaliação do exercício profissional	61
4.1	Entidade responsável	61
4.2	Critérios	61
4.3	Progressão na carreira	62
4.4	Possibilidades de afastamento da carreira (numa fase inicial/ao longo de toda a carreira)	62
4.5	Breve panorâmica sobre a preparação para o exercício de funções judiciárias	62
5	Sugestões	64
4	A FORMAÇÃO E O APERFEIÇOAMENTO DOS MAGISTRADOS	67
1	A organização judiciária	67
2	A autonomia da organização judiciária	67
3	A organização judiciária e o juiz	68
4	A especialização e o aperfeiçoamento	68
5	O juiz, a prestação jurisdicional e sua participação na harmonia social	69
6	As qualidades do juiz	69
7	Sistemas de recrutamento dos juízes	69
8	O recrutamento dos juízes no Direito Comparado	70
9	O <i>Centre National d'Etudes Judiciaires</i> e a <i>Escuela Judicial</i>	72
10	O sistema brasileiro	75
11	O "Centro de Estudos de Preparação à Judicatura" e a embrionária formação dos juízes estaduais	76

12	O movimento em Minas Gerais	76
13	A “Reforma do Judiciário” e o aprimoramento cultural	77
14	As conclusões do “Primeiro Congresso Internacional dos Magistrados”	79
15	Conclusão	80
5	A FORMAÇÃO DO JUIZ CONTEMPORÂNEO, O MODELO BRASILEIRO E O MERCOSUL	85
1	O Judiciário nos tempos atuais	85
2	O Judiciário na Constituição de 1988	87
3	A insatisfação da sociedade com o modelo atual de Justiça	89
4	A seleção, a formação e o aperfeiçoamento dos juízes como ponto fundamental na transformação do Judiciário	91
5	O sistema brasileiro de formação de juízes	93
6	O juiz e o processo atual de integração econômica, social e cultural	94
7	Conclusão	95
6	OS JUÍZES E O DIREITO COMUNITÁRIO	97
1	A sociedade contemporânea	97
2	Os blocos econômicos regionais e sua evolução para a integração social, cultural e jurídica	97
3	O Direito	99
4	O Direito Comunitário	99
5	O Judiciário como Poder e guardião da cidadania	101
6	O juiz comunitário, sua escolha e preparação	101
7	Conclusão	103
7	O JUDICIÁRIO E A APLICAÇÃO DO DIREITO COMUNITÁRIO NO MERCOSUL	105
1	Um novo desafio	105
2	A nova postura política do Judiciário	105
3	O Direito Comunitário	106
4	A atuação do juiz nacional na ordem comunitária	107
5	As dimensões do Mercosul	109
6	A segurança jurídica e a imprescindibilidade da Justiça comunitária	110

7	A preparação do juiz comunitário	114
8	Conclusão.....	115
8	O FUTURO DAS ESCOLAS JUDICIAIS	117
1	O Judiciário na perspectiva histórica	117
2	O Judiciário dos novos tempos	119
3	A necessidade de juízes à altura desse novo Judiciário	120
4	As escolas judiciais no plano internacional	120
5	As escolas judiciais no Brasil	122
6	A atual Escola Nacional da Magistratura brasileira	123
7	O futuro da Escola Nacional da Magistratura no Brasil	124
8	O futuro das escolas judiciais, sustentação financeira e liberdade de pensamento	125
9	Autonomia financeira e liberdade de pensamento	131
10	Conclusão.....	132
9	A FORMAÇÃO DO JUIZ BRASILEIRO NA PERSPECTIVA DA REFORMA DO JUDICIÁRIO	135
1	O Judiciário e sua transformação sob a perspectiva da História	135
2	O quadro atual	136
3	A postura omissa do Judiciário	137
4	Propostas	139
5	Conclusão.....	140
10	A JURISPRUDÊNCIA COMO FONTE DO DIREITO E O APRIMORAMENTO DA MAGISTRATURA	141
1	A função jurisdicional	141
2	A jurisprudência e seu conceito	142
3	Os sistemas jurídicos no mundo atual	143
4	A jurisprudência como fonte do direito no sistema do <i>common law</i>	144
5	A jurisprudência como fonte do direito no sistema jurídico social-marxista	146
6	A evolução no direito muçulmano	148
7	A jurisprudência como fonte no sistema do direito escrito	148
8	A interpretação	152
9	O conflito entre a estabilidade jurídica e a evolução do direito	153

10	A sentença e a evolução do direito	153
11	O aprimoramento cultural dos magistrados como elemento essencial à evolução do direito	154
11	O JUIZ EM FACE DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	157
1	O Código de Processo Civil e a fase atual	157
2	A prevalência da sistematização e dos princípios na compreensão do novo diploma	158
3	O juiz e o Direito Processual Civil	159
4	O juiz na relação jurídica processual.....	159
5	O juiz e os poderes processuais.....	159
6	A convicção do juiz e os princípios que a informam	160
7	A Revolução Francesa e a adoção da lógica racional como método de hermenêutica	161
8	A reação doutrinária e jurisprudencial à interpretação literal	161
9	O método valorativo	162
10	A função criadora do juiz	165
11	Conclusão	166
12	A TRANSFORMAÇÃO DO JUDICIÁRIO E O APRIMORAMENTO DO PROCESSO CIVIL COMO GARANTIA DA CIDADANIA	167
1	A Constituição, sua vontade e sua alma	167
2	O processo civil brasileiro e o procedimento - Evolução e reforma ..	170
3	As tendências atuais do processo civil	176
4	A Justiça ideal	178
5	Conclusão	182
13	O JUDICIÁRIO E A IMPRENSA.....	185
14	O JUIZ EM FACE DA SEGURANÇA E DA EVOLUÇÃO DO DIREITO - AS TENDÊNCIAS BRASILEIRAS RUMO À JURISPRUDÊNCIA VINCULANTE	191
1	O Judiciário e o processo civil: carências e propostas	191
2	A realidade forense brasileira nos Tribunais Superiores	194

3	O acúmulo de demandas na Justiça Federal e a recente contribuição do Executivo para desafogá-la.....	196
4	A súmula de jurisprudência predominante, sua força persuasiva e seu efeito vinculante	198
5	A adoção da súmula com efeito vinculante na EC n. 3/93	201
6	As propostas legislativas de adoção do efeito vinculante	202
7	A proposta apresentada pela “Reforma Processual” em nível infraconstitucional	204
8	As objeções feitas à adoção da súmula com efeito vinculante	208
9	As razões apresentadas pela corrente favorável à sua adoção	208
10	Conclusão	209
15	UM EXEMPLO DE JUIZ – “O BOM DOUTOR”	213
16	A VOZ DO CORAÇÃO EM UM TRIBUNAL EXEMPLAR.....	219
17	O AGORA É TEMPO DE TORNAR A JUSTIÇA UMA REALIDADE (UMA MENSAGEM À NOVA GERAÇÃO)	225
18	MENSAGEM AOS NOVOS JUÍZES (O SURGIMENTO DE UMA ESCOLA)	229

APÊNDICE

1	A SELEÇÃO E A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS EM PORTUGAL <i>Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza</i>	239
1	O Centro de Estudos Judiciários	239
2	A seleção dos futuros magistrados	240
3	A formação inicial	240
4	Fase teórico-prática	241
5	Estágios de iniciação	242
6	Estágios de pré-afetação	242
7	Formação complementar	243
8	Formação permanente	243
9	Investigação científica	243
10	Intervenção no sistema	244
11	A filosofia do CEJ	244

2 SELEÇÃO E FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS EM PORTUGAL – NOVO SISTEMA

Mônica Jacqueline Sifuentes 245

- 1 Introdução: a Lei n.16/98, de 8 de abril 245
- 2 Breves notas sobre o quadro da magistratura portuguesa 246
- 3 O Centro de Estudos Judiciários – CEJ 247
- 4 O processo de seleção dos novos magistrados 248
- 5 A formação dos magistrados 249
- 6 Críticas, louvores e conclusões 251

3 A ESCOLA FRANCESA

Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza 253

- 1 *École Nationale de la Magistrature* 253
- 2 A seleção dos Auditeurs de Justice 254
- 3 Formação inicial 254
- 4 Aclimação 254
- 5 Estágios exteriores 255
- 6 Fase teórico-prática 255
- 7 Estágios jurisdicionais de observação 255
- 8 Estágios de especialização jurisdicional 255
- 9 Exames finais 256
- 10 Formação permanente 256
- 11 A filosofia da ENM 257
- 12 Conclusão 257

4 A EDUCAÇÃO JUDICIAL NOS ESTADOS UNIDOS E NO CANADÁ

Eládio Lecey 259

- 1 As Escolas Judiciais Nacionais nos EEUU 259
- 2 *Federal Judicial Center* 259
- 3 *The National Judicial College* 261
- 4 *The judge advocate general's school* 262
- 5 Escolas estaduais 263
- 6 A educação judicial na Universidade 264
- 7 A educação judicial no Canadá 265
- 8 Universidade Laval 266
- 9 Conclusão – Sugestões ao sistema brasileiro 266

5 O JUDICIÁRIO ITALIANO E O RECRUTAMENTO DE JUÍZES

José Renato Nalini e Nildo Nery dos Santos 269

- 1 Introdução 269
- 2 O Comitê Científico do CSM 272
- 3 Uma Escola Nacional da Magistratura ou uma Escola Nacional de Justiça? 272
- 4 O Conselho Superior da Magistratura 280

6 O SISTEMA ESPANHOL DE RECRUTAMENTO E FORMAÇÃO DE JUÍZES E MAGISTRADOS

José Renato Nalini 283

- 1 O sistema de recrutamento 283
- 2 A magistratura na Espanha 285
- 3 A Escuela Judicial de Barcelona 286
- 4 A seleção de juízes na Espanha 287
- 5 A instituição do preparador 289
- 6 O status do aluno da escola judicial 290
- 7 Personalidade do aluno da escola judicial 290
- 8 Os pilares da escola judicial 291
- 9 A organização da escola 291
- 10 Como se vincula a Escola com o Conselho Geral? 293
- 11 Aula ibero-americana 294
- 12 A metodologia da escola judicial 295
- 13 Objetivos da formação inicial 296
- 14 Atividades da formação inicial 298
- 15 Desenvolvimento das atividades na Escola 299
- 16 Sistema de avaliação da Escola Judicial de Barcelona 300
- 17 Métodos Pedagógicos – Professorado 302
- 18 Como se ensina? 303
- 19 Avaliação dos professores 305
- 20 A gerência e a gestão econômica da Escola 306
- 21 Remuneração do juiz espanhol 307
- 22 Remuneração do professor da Escola 307
- 23 A seleção dos juízes e magistrados na Espanha 308
- 24 A formação continuada – Seus elementos, sua organização 310
- 25 Estrutura da formação contínua 311
- 26 Métodos e fórmulas de formação 313

27	Como seleccionar o juiz para o curso?	315
28	O Consejo General del Poder Judicial – Traços essenciais, estrutura e funcionamento	315
29	Relação entre o Conselho e o Tribunal Supremo	317
30	Existe um modelo de juiz para o Conselho?	319
31	O serviço de inspeção	319
32	A Comissão de Informes do CGPJ	323

7 FORMAÇÃO DO JUIZ NA ALEMANHA

	<i>Sidnei Agostinho Beneti</i>	327
1	Formação em Direito	327
2	O estudo do Direito	328
3	Nomeação do juiz	330
4	Organização judiciária alemã	330
5	Formação inicial	331
6	Formação em continuação	332
7	O programa da Deutsche Richterakademie	333
8	O futuro da formação na Alemanha	334
9	Bibliografia	334

8 FORMAÇÃO DO JUIZ NA HOLANDA

	<i>Sidnei Agostinho Beneti</i>	337
1	Generalidades	337
2	Organização judiciária e nomeação de juízes	337
3	O <i>Stichting Studiententrum Rechtspfleging</i>	339
4	Curso de Formação Inicial	340
5	Cursos de Educação Permanente	341
6	Condições materiais	342
7	Bibliografia consultada	342

9 IMPRESSÕES JUDICIAIS DO JAPÃO

	<i>Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza</i>	343
1	Destaques	343
2	O instituto jurídico	343
3	A Suprema Corte	345
4	O Tribunal de Osaka	347
5	Conclusão	348

**10 THE LEGAL TRAINING AND RESEARCH INSTITUTE
OF JAPAN**

José Renato Nalini 349

1 O sistema 349

2 Estrutura material 353

3 Síntese do curso no Instituto 353

4 Os Professores e sua experiência..... 354

5 Conclusão 354

6 A Suprema Corte do Japão 355

7 A jurisdição da Suprema Corte 356

11 A FORMAÇÃO DE JUÍZES NO DIREITO COMUNITÁRIO

Fátima Nancy Andrighi 359

**12 A FORMAÇÃO DOS MAGISTRADOS NO PROJETO
DO ESTATUTO DA MAGISTRATURA.....**

367